

GESTÃO MARCOVITCH QUATRO ANOS DE ISOLAMENTO E O MESMO MODO DE DECIDIR

Antônio Biondi e Rita Freire

Fotos: Daniel Garcia



Mais cursos noturnos e um pálido esforço de cobertura de claros são aspectos da gestão do professor Jacques Marcovitch como reitor da USP (1997-2001), que deixou de cumprir os principais compromissos de campanha. A gestão é considerada autoritária e centralizadora. No balanço, faltou a palavra do próprio reitor, que preferiu não dar entrevista. No início de julho, Marcovitch considerava que ainda era cedo para pronunciar-se a respeito

Perto de encerrar sua gestão de quatro anos à frente da Universidade de São Paulo, iniciada em novembro de 1997, o professor Jacques Marcovitch realizou um gesto ousado aos olhos do público externo. Articulado com seus pares no Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), propôs ao governo estadual a expansão física e de atendimento do ensino público superior: a criação de 133.330 novas matrículas, 108.690 delas em três anos e outras 24.640 até 2010.

Os dados estão no documento Cruesp – Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior, que inclui no projeto a proposta de abertura de novos *campi* da USP no centro e zona leste da capital e em São Carlos; da Unesp em São Vicente; e em Limeira e Paulínia para a Unicamp. Caberia às três universidades públicas, porém, criar somente 4.200 novas vagas ao longo de dez anos, devendo o sistema de ensino tecnológico (Centro Paula Souza) responder pelas demais.

Tanto no conteúdo quanto na forma de encaminhar a proposta, repete-se um mesmo modo de decidir que caracterizou a gestão Marcovitch, tal como é vista pelas entidades de docentes, alunos e funcionários: o isolamento. Nenhum dos segmentos foi convocado a debater o plano — elaborado por apenas oito docentes das universidades e do Centro Paula Souza. Quando a notícia foi divulgada, em julho deste ano, o plano já estava nas mãos do governador Geraldo Alckmin.

O vó solitário deste final de man-

dato dá um desfecho melancólico para quatro anos de luta da comunidade universitária por algum diálogo. Em fins de 1997, um dos pontos da “agenda positiva” apresentada por Marcovitch, então candidato a reitor, fazia supor seu empenho em maior democracia e transparência na definição dos rumos da USP. Ele prometia “promover reflexão crítica sobre os processos decisórios” (*Revista Adusp* nº 11, p. 51), considerados centralizados demais.

Em que pese a promissora declaração de Marcovitch, a centralização foi a marca absoluta da gestão, até para questões de ordem prática. Em 2000, quando toda a universidade queria a contratação de professores para áreas descobertas, a Reitoria criou uma comissão de claros que agiu segundo seus próprios parâmetros. Contratações emergenciais e viáveis dentro dos limites do orçamento só ocorreram em decor-



Marcovitch: promessa de “reflexão crítica”

rência da histórica greve realizada naquele ano, não preenchendo, contudo, inúmeros claros que a universidade ainda tem urgência em cobrir.

A longa greve transcorreu, aliás, sem que o Conselho Universitário (CO), instância deliberativa máxima, sequer formalizasse a sua discussão. Reuniões restritas a alguns membros do

conselho foram convocadas pelo Reitor que mantinha, assim, uma posição de completo isolamento.

*Candidato,
Marcovitch falava em
“rever o papel e a
composição dos
colegiados”*

Por todas as instâncias deliberativas da USP, processos burocráticos de decisão, nunca contestados pelo Reitor, embaçaram o brilho das palavras que proferiu há quatro anos. Em junho de 2001, por exemplo, um expediente regimental permitiu que um único membro do Conselho de Graduação (CoG) decidisse, em dois votos cumulativos, a posição desse colegiado pela permanência da USP no Provão, o Exame Nacional de Cursos do MEC.

Após uma votação que contabilizou 19 conselheiros favoráveis à saída da USP do exame, 18 contrários e cinco abstenções, a pró-reitora de Graduação, Ada Pellegrini, votou duas vezes: a primeira como membro do CoG, e a segunda como presidenta desse colegiado, revertendo o quadro. A USP ficou no Provão.

Quando candidato, Marcovitch falava em “rever o papel e a composição dos colegiados” (Revista Adusp nº 11, p. 51). O objetivo seria assegurar maior autonomia às unidades e práticas viáveis de descentralização institucional. Acenava, assim, para um arejamento nas estruturas de poder da universidade.

“Esperava-se, pelo menos, alguma discussão sobre o processo representativo, mas não houve”, diz Luís Fernando Bicudo, docente do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB). Na raiz do controle burocrático do poder na USP, permaneceram intocáveis a composição do CO, onde os docentes titulares possuem uma ampla maioria (vide quadro) e o restritivo sistema de carreira, que permite a apenas 10% dos professores chegar a titular — e exclui os demais da possibilidade de

SEM RENOVAR QUADROS, USP VIRA “GERONTOCRACIA”

Os inativos, há dez anos, representavam 17,9% dos gastos com pessoal. No ano passado, a fatia foi de 28%, de acordo com o *Anuário Estatístico da USP 2001*. A lei de autonomia, de 1989, não incluiu entrada de recursos para o pagamento de aposentados. Ao assumir, Marcovitch defendia “a constituição do Fundo de Previdência para os docentes e funcionários” (Revista Adusp nº 11, p. 51), mas acabou recuando. “A posição atual da Reitoria é próxima da nossa, de que os inativos devem continuar na folha de pagamento da USP, mas com recursos complementados pelo Estado”, diz Magno, do Sintusp.

Sem uma política salarial e de reposição de claros definida e com um grande número de professores próximos da aposentadoria, a USP também vem deixando de renovar seus quadros com presença mais equilibrada de novas gerações de docentes e pesquisadores. “Isso é sério. A USP está virando uma universidade da gerontocracia”, aponta Leonel Itaussu.



A greve de 2000 transcorreu sem que o CO discutisse o tema uma única vez

disputar cargos eletivos, de chefe de departamento a reitor.

É verdade que houve, sob a gestão Marcovitch, uma discreta mudança na questão da representação no CO. Ela concretizou-se no dia 21 de novembro de 2000, quando

os alunos da graduação da USP comemoraram o direito de, dali para a frente, escolher autonomamente seus representantes, em eleições organizadas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Mas foi uma conquista sofrida.



Ada: voto duplo para salvar Provão

“Só chegamos lá radicalizando”, diz Fábio Maleronka Ferron, do DCE. O clímax dessa luta foi a ocupação do CO pelos estudantes, em 10 de novembro, depois de boicotar as eleições organizadas pela Reitoria para a representação e realizar uma votação paralela — que contabilizou mais de 8.500 votantes. Depois da ocupação, e contra a vontade de Marcovitch, os conselheiros homologaram a representação discente saída das urnas do DCE.

Os alunos da pós-graduação queriam e brigaram pelo mesmo direito, mas ainda não foram autorizados pelo CO a escolher quem os represente. Também promoveram eleições paralelas com apoio do movimento docente e dos funcionários e superaram em, no mínimo, cinco

TITULARES TÊM REPRESENTAÇÃO QUASE ABSOLUTA NO CO

Principal colegiado da USP, o CO é composto por 105 membros, dos quais 35 são diretores das unidades e outros 35 são representantes das congregações. Também são membros natos do CO o reitor, vice-reitor e os quatro pró-reitores.

Uma vez que todos esses dirigentes são necessariamente professores titulares, assim como a ampla maioria dos representantes das congregações, os titulares possuem uma representação quase que absoluta neste colegiado — cabe ressaltar ainda que o reitor é quem decide a indicação dos pró-reitores e diretores de unidade.

Professores associados, doutores, assistentes e auxiliares de ensino são representados por apenas um docente de suas respectivas categorias, eleito por seus pares, forma de representação também garantida aos titulares. Acrescente-se que na composição do CO são escassas as vagas reservadas aos funcionários não docentes (três), aos estudantes de graduação (oito) e aos alunos da pós-graduação (quatro).

Completam a composição do Conselho os representantes dos museus da USP, dos antigos alunos, dos institutos especializados da universidade, entidades associadas — Fundação Antonio Prudente, Hospital das Clínicas de São Paulo, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Instituto Dante Pazzanese, Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc), Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares (IPEN) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) — e, por fim, os representantes da Fapesp, entidades do patronato (Faesp, Fcesp, Fiesp) e “classes trabalhadoras”.

vezes o número de votos e votantes das eleições oficiais de representantes discentes da pós-graduação. O resultado, porém, não foi homologado pelo CO.

“Não houve um passo à frente nas relações de poder, mas sim maior centralização e obstrução à participação no processo eleitoral”, diz José Menezes, da Associação de Pós-Graduandos (APG). Para Menezes, “se o reitor quisesse mudar, teria chamado a estatuinte”.

“Ainda temos entulhos antidemocráticos no estatuto. Em algum

Bicudo do ICB: representação mantida





Itaussu no IV Congresso da USP: necessidade da Estatuinte

momento vamos ter de convocar a estatuinte”, concorda Leonel Itaussu, docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Mas, adverte, não cabe só a Marcovitch a responsabilidade por deixar intocadas as estruturas de poder da USP.

“São iniciativas que dependem do conjunto social da USP e não da postura isolada de alguma liderança iluminada. O processo de democratização é um assunto para o conjunto, para a sociedade civil da universidade”, considera o professor.

Essa “sociedade civil interna” deu passos importantes no período que se encerra. “Está mais organizada, mobilizada e consciente”, vê Itaussu. O avanço não evitou, porém, que se frustrassem as demons-

crático, em que menos de 2% da comunidade participa (vide texto no quadro).

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME) aprovou e encaminhou ao CO, em 1999, proposta de alterar o estatuto

trações da vontade da comunidade de escolher dirigentes de forma direta e esticar as tímidas brechas democráticas de um estatuto que deveria ser submetido a profunda reforma. A própria eleição para reitor manteve-se intocada, a despeito de seu caráter anti-demo-

rático, em que menos de 2% da comunidade participa (vide texto no quadro).

e dar fim às listas tríplices, encaminhadas ao reitor para a escolha de nomes para a direção das unidades. Pela proposta do IME, o processo de decisão esgotar-se-ia nas próprias unidades,

cabendo ao reitor a simples homologação. Até agosto de 2001 o item não entrou nas pautas do CO, que são também definidas pela Reitoria.

O reitor atropelou as poucas tentativas de democratização da escolha de diretores. A Escola de Comunica-

ções e Artes (ECA), por exemplo, tem a tradição de realizar consultas à comunidade para escolha do diretor (bem como para chefes de departamento), e os resultados são encaminhados para homologação do colégio eleitoral da escola, responsável pela elaboração da lista tríplice. Mas na última eleição, em 2000, Marcovitch descartou o nome vitorioso na consulta organizada pela comunidade.

O professor Jair Borin derrotou o professor Waldenyr Caldas na consulta, saindo-se vencedor nas três categorias, mas ficou em segundo lugar, por poucos votos, na lista tríplice definida pelo colégio eleitoral. A consulta contou com a participação de mais de 1.000 pessoas ligadas à ECA, entre estudantes, professores e funcionários, ao passo que o colégio eleitoral é composto por cerca de 100 membros. O reitor nomeou Caldas, alegando “respeito ao colégio eleitoral”.

Em junho de 2001, a comunidade do ICB mobilizou-se para eleger democraticamente seu diretor. O professor Luiz Roberto Giorgetti de Britto venceu a consulta nas três categorias, com larga vantagem sobre os outros candidatos. Depois, saiu-se vencedor também no colégio eleitoral.

Neste caso, porém, ao invés de “respeitar o colégio eleitoral”, o reitor decidiu fixar-se no candidato menos votado por todas as categorias na prévia da comunidade, e o segundo na lista tríplice, professor Henrique Krieger. Para preterir Giorgetti de Brito, Marcovitch tinha nova justificativa: o candidato duplamente vitorioso não foi eleito em primeiro escrutínio pelo colégio eleitoral...

*Faz dois anos que o
IME encaminhou ao
CO proposta de dar
fim às listas tríplices*

Num cenário político nacional que favorece a privatização de serviços públicos, a USP teve à frente um reitor que defende o ensino superior público. Marcovitch cumpriu a promessa de providenciar um dossiê reunindo argumentos favoráveis às universidades públicas, tarefa confiada ao Instituto de Estudos Avançados (IEA).

“Foi positivo para as universidades que o reitor da maior delas assumisse essa defesa”, lembra Ciro Teixeira Correia, presidente da Adusp. “Mas isso não foi condizente com o espaço dado às fundações”, ressalta. A presença das fundações e as alterações que operam no fazer e no pensar acadêmicos ainda não foram avaliadas de maneira atenta pela USP.

Entre 1997 e 2001, um punhado de órgãos da burocracia universitária, entre eles a Consultoria Jurídica (CJ), Comissão de Legislação e Recursos (CLR) e Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), debateu uma nova regulamentação para o setor, à revelia da comunidade.

“As fundações avançaram sobre a vida da USP e não são controladas”, diz Magno Carvalho, do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp). Pelo menos 30 dessas instituições estão acomodadas na universidade, sendo 19 só na capital. “Várias prioridades da USP são definidas pela ingerência das fundações. Uma unidade como a FEA, que tem sido porta de entrada para essas instituições, parece coisa de primeiro mundo. Quase não se vê funcionário da USP lá. Outras, principalmente nas áreas de humanas, que não interessam tanto ao setor privado, estão sucateadas”, critica.



Ciro: espaço dado às fundações contradiz defesa do ensino público superior

Nada impede, por enquanto, que as fundações privadas continuem a fazer uso do vínculo, dos docentes e do *know-how* adquirido na USP para atuar com vantagem em cursos pagos e na prestação de serviços típicos de empresas de consultoria. Mais ainda: a atividade dessas instituições reflete-se sobre a prática da docência e da pesquisa.

“O certo é que as bolsas das fundações reorientam o objeto de estudo e a linha de pesquisa tem que se adequar ao que a fundação deseja”, alerta Menezes, da APG. “Quem sabe dizer quantos docentes recebem das fundações ou quantos RDIDP foram flexibilizados para entrar nos seus programas?”, questiona Ciro, da Adusp.

O número de pós-graduandos cresceu consideravelmente: as matrículas passaram de 19.713, em 1997, para 22.500, em 2000, segun-

do a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. No total dos estudantes da USP, eles são cerca de 35%. Mas a Pós-Graduação não vai bem, se o termômetro for a evasão, assustadora. Dados da APG indicam que, no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolan), o abandono é de 43%, no IME 41% e na Física 70%.

O imenso gargalo é explicado, principalmente, pela falta de bolsas. “Apenas 6.900 alunos são contemplados”, diz Menezes, da APG. “E a Fapesp já chegou ao seu limite na liberação de bolsas”. O assunto ocupou parte

da agenda do Congresso da USP, neste ano. As bolsas de mestrado do CNPq, de acordo com texto de contribuição da APG para o evento, caíram de 11.000 para pouco mais de 5.800 nos últimos cinco anos. O valor das bolsas de pesquisa está virtualmente congelado há seis anos.

*Pós-graduação cresce
mas evasão assusta:*

no IME, 41%;

Prolan, 43%;

e na Física 70%

MENOS DE 2% DA COMUNIDADE PARTICIPAM DA ESCOLHA DO REITOR

A eleição do reitor da USP está distante de ser um exercício de democracia. O colégio eleitoral, além de restrito, é dominado pelo corpo burocrático da universidade, de tal modo que eleger-se reitor não faz de ninguém representante legítimo dos mais de 86 mil integrantes da comunidade universitária.

Somente professores titulares podem participar da disputa pelo cargo. No primeiro turno da eleição, cabe a aproximadamente 1.400 privilegiados integrantes da Assembléia Universitária o direito de escolher os oito nomes que disputarão o segundo turno.

No segundo turno, o número de eleitores é ainda menor, cabendo a somente cerca de 280 membros da comunidade a tarefa de indicar em três escrutínios, dentre os oito docentes que foram ao segundo turno, os três que irão compor a lista a ser submetida ao governador do Estado de São Paulo, que ao fim é quem efetivamente escolhe, entre os três nomes, o reitor da USP.

Os números que comprovam a falta de democracia no processo são ainda mais impressionantes quando transformados em porcentagens: apenas 1,6% da comunidade vota no primeiro turno, aproximadamente. No segundo turno, esse número não passa de 0,34%.

A Assembléia Universitária, com cerca de 1.400 votantes, é composta pelos 105 membros do

CO, pelos 188 membros dos quatro Conselhos Centrais (Graduação, Cultura e Extensão Universitária, Pós-Graduação, Pesquisa) e pelos membros das congregações das 35 unidades da USP. Os eleitores que ocupam vaga em mais de um colégio não acumulam voto.

No segundo turno, a definição de quem irá integrar a lista tríplice é feita, nos dois primeiros escrutínios, por maioria absoluta dos votantes (metade mais um). No primeiro escrutínio, os eleitores podem votar em até três nomes. Caso um ou mais docentes tenha conseguido a quantidade de votos necessária, obtêm o direito de compor a lista, em ordem definida pelo número de sufrágios de cada um. O mais votado é o primeiro da lista, e assim por diante.

No segundo escrutínio, o procedimento é repetido: o eleitor vota em tantos nomes quantos faltarem para completar a lista. Se algum dos nomes ainda não estiver definido após as duas primeiras votações, realiza-se um terceiro e último escrutínio, em que se incluem na lista os mais votados.

O número exato de votantes em 2001 só será conhecido alguns dias antes da eleição do reitor, quando as unidades devem entregar à Secretaria Geral da USP a relação dos seus eleitores.

No primeiro turno da eleição de 1997 a Assembléia Universitária teve 1.397 eleitores, dos quais 1.163

compareceram às urnas. A abstenção, de 16,5%, foi superior ao índice da eleição de 1993, em que, de um total de 1.366 membros da comunidade, 1.208 votaram, com abstenção de 11,6%.

No primeiro turno de 1997 a mais votada foi Myriam Krasilchik, que teve 470 votos, seguida de Erney Plessmann de Camargo, com 441 votos. Jacques Marcovitch recebeu 419 votos; Gil da Costa Marques teve 314; Carlos Alberto Barbosa Dantas, 272; Adolpho José Melfi ficou com 271 votos; Walter Colli obteve 20 votos e Joaquim José de Camargo Engler 14.

No segundo turno, em que o colégio eleitoral contava com 264 eleitores, Marcovitch foi o mais votado, recebendo 138 votos em primeiro escrutínio e encabeçando a lista tríplice que seria levada ao governador Mário Covas. Em segundo lugar, ficou Myriam Krasilchik, com 128 votos, seguida de Adolpho Melfi, que recebeu 94 votos.

Esses resultados mostram que a existência de um colégio eleitoral ainda mais restrito no segundo turno pode alterar profundamente os resultados do primeiro turno, ou seja, a vontade da Assembléia Universitária. Marcovitch foi escolhido reitor da USP, embora tenha sido o terceiro colocado no primeiro turno. Melfi, que no primeiro turno ficara em sexto lugar, conseguiu ascender à lista tríplice, sendo depois nomeado vice-reitor.

CONCEITO DE EXTENSÃO É DISTORCIDO DURANTE A GESTÃO

Na área de cultura e extensão, Marcovitch assumiu comprometendo-se, na cerimônia de posse, a realizar um “esforço de cooperação entre a USP e os setores excluídos da sociedade”. Destacou também ao *Jornal da USP*, em novembro de 1997, às vésperas de assumir, que “uma quarta prioridade que foi comum a todos os debates trata da recuperação dos vínculos entre o ensino, pesquisa e extensão”.

Duas das maiores iniciativas da Reitoria nesse campo, o Projeto Avizinhar e a criação da disciplina “Atividades de Cultura e Extensão” para os alunos da graduação, têm como característica principal, no entanto, o fato de que vão contra a idéia de se tratar a extensão como algo inerente à universidade.

Ao invés de a extensão estar indissociavelmente ligada à pesquisa e ao ensino, ela agora possui lugar cativo, tornando-se uma disciplina. Criada de modo improvisado, “Atividades de Cultura e Extensão” acabou por tornar-se letra morta. Poucas foram as unidades que desenvolveram atividades a partir dessa iniciativa tímida e controversa.

Em lugar de a USP trabalhar com

os excluídos em geral e ser uma universidade preocupada com a sociedade como um todo, possui agora um imponente projeto de trabalho com o “entorno”, expressão frequentemente utilizada por Marcovitch.

O Avizinhar, em seu trabalho com as comunidades vizinhas, como São Remo e Jaguaré, serviu de vitrine para demonstrar que a USP importa-se com os excluídos — e como resposta à morte de Daniel Araújo, na Raia da universidade, tentando diminuir o impacto negativo do episódio.

Também desobrigou a USP de perceber e entender o trabalho com as comunidades populares como algo elementar do dia-a-dia da academia. Com forte apelo de mídia, o Avizinhar passou então a ser mostrado pelos órgãos dirigentes como a prova cabal de que a extensão era mais uma das marcas registradas da universidade.

No decorrer da gestão verificou-se, ainda, que a extensão passou a ser cada vez mais tratada como prestação de serviços, regida por uma nova lógica, cada vez mais presente no discurso da Reitoria: a da captação de recursos, intrinsecamente

ligada à idéia de “quem pode paga”.

Ao mesmo tempo, a verba da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária no orçamento da USP caiu de R\$ 2,1 milhões em 1997 para R\$ 1,68 milhão em 1998, quantia que se repetiu em 1999. Em 2000, o montante subiu para R\$ 1,96 milhão, ainda inferior ao de 1997.

O número de cursos de extensão aumentou, de acordo com o *Anuário Estatístico da USP 2001*, de 4.192, em 1997, para 4.742 em 2000, mas o total de participantes diminuiu no período, baixando de 115.947 para 90.411. Não é possível avaliar quantos desses cursos são pagos e com que objetivo são promovidos.

Os cursos não têm seu mérito analisados no âmbito da Pró-Reitoria, que apenas verifica se o encaminhamento formal está correto. E a realização de boa parte deles não chega sequer ao conhecimento da Pró-Reitoria.

“A extensão tem sido uma forma de privatização”, critica Menezes, da APG. “Não se vê cursos para sem-teto, meninos de rua, mas sim muitos cursos caça-níqueis, voltados à prestação de serviços e captação de recursos”.

Aumentou, por outro lado, a ingerência das agências de fomento, cujos recursos são disputados ferrenhamente. “Propõe-se o mestrado de dois anos e a USP não faz nada para barrar. Os critérios de avaliação são burocráticos e produtivistas

— e a USP aceita. Não interessa se a tese tem relevância social, mas em quanto tempo foi feita e com quantas páginas”, diz Menezes. “Há professores com 15 orientandos, e o aluno não tem sequer um orientador de fato. Mas isto não é conside-

rado na avaliação”.

Programas de estágio-docência como o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), antes elogiado, tornaram-se uma imposição. Em tese, quem almeja a docência recorre às bolsas da Capes, e quem quer a pes-

TABELA 1 - Número de docentes

1997	4.852
1998	4.705
1999	4.728
2000	4.694

TABELA 2 - Evolução do quadro de docentes por regime de trabalho

Regime	1997	2000
RDIDP	3.739	3.619
RTC	819	784
RTP	294	291
Total	4.852	4.694

TABELA 3 - Número de docentes

Recursos Humanos

Recursos	1997	2000
Servidores docentes	4.852	4.694
Servidores não docentes	14.697	14.184
Inativos	5.202	5.288
Despesas com inativos*	27,8%	29,6%
Docentes c/ título de doutor**	86,6%	92,4%
Docentes em RDIDP	77,0%	77,1%

*Folha de Pagamento. **Ou superior.

TABELA 4 - Participação (%) dos grandes grupos de despesas na execução orçamentária da USP

Ano	1997	1998	1999	2000
Ativos	55,2%	54,4%	55,4%	49%
Inativos	22%	23,0%	23,2%	21,7% (*)
Outras despesas	13,3	14,1%	12,1%	14, 8%
Hospitais e anexos	7,5%	8,3%	8,2%	7,2%
Precatórios	2,1%	0,2%	1,0%	7,2%

TABELA 5 - Números da Graduação

Cursos de graduação	1997	2000
Número de cursos	130	158
Vagas oferecidas no ano	6.902	7.175
Inscritos na Fuvest	99.809	141.254
Alunos matriculados	33.020	39.326
Alunos formados *	4.219	4.215

(*) Em 1998, o número de formados foi de 4.657

Fonte: Anuários estatísticos da USP e Pró-Reitorias

quisa vai ao CNPq. Na prática, porém, o pós-graduando fica com a bolsa que seu departamento tiver disponível — se tiver. “O estágio-docência deveria ser uma escolha, como antes. Entrava no PAE quem desejasse, bolsista ou não, da Capes, CNPq ou Fapesp”, diz Marcos Fernando Costa, da APG de Ribeirão Preto.

O mestrado profissionalizante é apontado como outro produto das políticas delineadas pela Capes que encontrou ambiente favorável na gestão Marcovitch, embora com poucos cursos em andamento, seis até agora, de acordo com a Pró-Reitoria de Pós-

*Aumento de vagas foi
real, mas modesto e
desacompanhado de
contratações*

Graduação. “É um tipo de curso que aponta para a privatização e tem pouco controle acadêmico. A linha geral para esse mestrado é muito solta. Vale qualquer coisa. Na realidade tem um caráter de especialização e dá o título de mestre. Ainda bem que essa proposta não andou muito”, diz Maria Lucia Refinetti, docente da FAU.

O mestrado profissionalizante é financiado pelos interessados, sejam eles instituições externas interessadas em formar profissionais pela USP, sejam os alunos, que pagam mensalidades por conta própria. De acordo com o pró-reitor de Pós-Graduação,

Hector Terenzi, trata-se de uma experiência “cujo resultado ainda não é totalmente conhecido, embora avaliações preliminares revelem bastante sucesso”. O objetivo, diz, é “proporcionar uma formação avançada para pessoas que atuam nas áreas pública ou privada dos setores de produção e que não almejam uma carreira acadêmica”.

A política educacional de sucessivos governos federais e estaduais reduziu a presença pública no ensino superior, propiciando ao mesmo tempo desmesurada expansão do ensino privado. Em São Paulo, as faculdades particulares aumentaram em 45% o número de matrículas de 1994 para 1999, enquanto no ensino público superior o total cresceu apenas 13% no mesmo período, segundo dados do MEC.

Atualmente, o sistema público de ensino superior no Estado, somando-se instituições federais, estaduais e municipais, é responsável por cerca de 10% das vagas, de acordo com números do próprio Cruesp.

Na USP, o saldo numérico de ampliação de vagas e cursos foi modesto, mas positivo em relação aos cursos noturnos, criados para atender a exigência da Constituição Estadual de 30% de oferta de vagas à noite. Remanejou-se daqui e dali, como ocorreu no curso de Física, em que 20 vagas foram transferidas para o período noturno.

Já a Faculdade de Educação, por exemplo, não ganhou cursos novos, mas novas turmas, apontam os docentes Antonio Joaquim Severino e Diana Gonçalves, do Conselho de Representantes da Adusp. Uma das novas turmas garantiu 60 vagas no

TABELA 6 - Números da Pós-Graduação

Mestrado e Doutorado	1997	2000
Cursos	477	496
Alunos matriculados	19.713	22.500
Títulos outorgados	3.219	4.196

TABELA 7 - Relação de alunos por docente ativo

Graduação e pós	1997	2000
Matriculados por docente	10,9	13,2

TABELA 8 - Produção científica

Produção científica	1997	1998	1999	2000
Trabalhos publicados por docente ativo	4,0	4,5	4,9	3,8
Trabalhos publicados e indexados pelo ISI*	2.205	2.588	2.983	3.139

* Institute of Scientific Information

TABELA 9 - Atividades de cultura e extensão

Atividade	1997	1998	1999	2000
Cursos	4.192	3.757	3.599	4.742
Eventos científicos e culturais	9.762	9.345	9.631	10.058
Visitantes aos museus	800.970	607.800	516.833	469.272
Visitantes à Estação Ciência	204.802	162.400	198.645	125.150
Consultas ao Disque Tecnologia	2.687	2.353	2.416	2.393

TABELA 10 - Cursos profissionalizantes em andamento

Unidade	Curso
ECA	Moda
FEA	Modelagem Matem. em Finanças
Escola Politécnica	Engenharia Automotiva
Escola Politécnica	Engenharia de Software
FEA	Finanças
IPEN e Fac. de Odontologia	Laser em Odontologia

Fonte: Anuários estatísticos da USP e Pró-Reitorias

SALÁRIOS NÃO ESTIVERAM ENTRE AS PRIORIDADES

Mesmo com o reajuste de 24,5% decorrente da greve do ano passado, os salários da USP apresentam significativa perda real quando comparados a valores históricos. E mostram-se em desvantagem quando comparados aos de universidades particulares de melhor qualificação. Os valores históricos apresentados a seguir estão expressos em reais de maio de 2001, segundo o ICV-Dieese.

Em fevereiro de 1989, por exemplo, um docente MS-3 em RDIDP recebia remuneração equivalente a R\$ 5.744,00. Esse valor já situa-se bem abaixo do equivalente a R\$ 9.478,00 que um docente dessa faixa recebia em janeiro de 1973, mas ainda bastante acima dos R\$ 3.864,00 de salário pagos em maio de 2001 aos docentes MS-3.

Apesar de ter sido verificada em 2000 uma arrecadação de ICMS que permitiria uma maior valorização dos docentes e do ensino público, a Reitoria optou por utilizar a folga orçamentária do ano passado para pagar precatórios, em porcentagem muito maior do que a das médias históricas da universidade (ver tabela na página 33).

Os 6% de reajuste concedidos pelo Cruesp em 2001 elevaram o salário de um professor em MS-3 a R\$ 3.864,00 — muito distante dos R\$ 7.500,00 que um docente desse nível recebe em universidades confessionais como a Unimep.

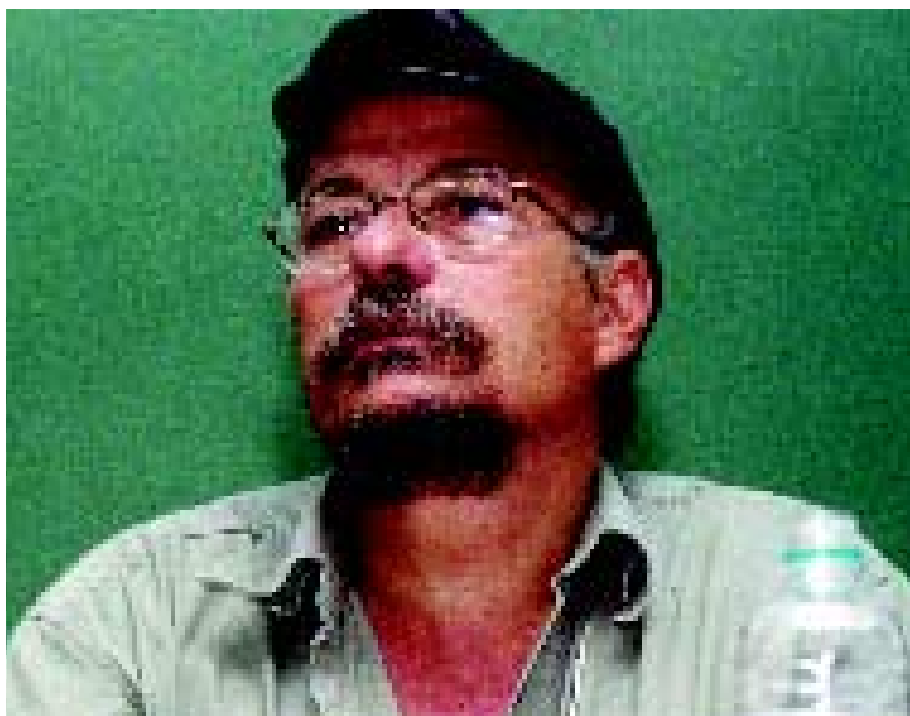
curso noturno de Pedagogia. Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, criaram-se nove vagas no curso de Farmácia Bioquímica.

Novos cursos também foram abertos. A Reitoria aponta, até junho de 2001, 484 vagas criadas para toda a universidade em sete cursos, sendo seis deles noturnos. Em 2002, a USP deverá abrir mais 11 cursos, criando 447 vagas novas e alcançando 35,4% das vagas em cursos noturnos, de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo (1º/8/2001).

“O que aumentou foi por demanda do sistema ou para atender exigências legais e não pela vontade política de ampliar as opções na graduação”, ressalva Benedito Machado, docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP). “O aumento foi sutil e desacompanhado das contratações necessárias”, diz o professor Bicudo, do ICB.

Os docentes do Departamento de Física e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), que assumiram o novo curso de Física Médica, tiveram um acréscimo de 1,5 hora na carga didática no primeiro ano e o dobro no segundo. Para todo o curso, foi prevista a contratação de dois professores apenas no terceiro ano de atividades, já na próxima gestão, e outros seis depois do quarto ano. Com essa demanda mínima de novos docentes, a aprovação do curso foi rápida.

O mesmo não aconteceu com outra reivindicação do campus de Ribeirão Preto, onde a criação dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional arrastou-se por cerca de dois anos, à espera de contratações de professores da área. “A FMRP



Magno Carvalho: terceirização e aumento dos acidentes de trabalho

programou esses dois cursos noturnos. Mas o número de docentes solicitado foi considerado excessivo pelo CO, e o número proposto pelo CO considerado insuficiente pela FMRP. Esses cursos são especialidades em que não adiantaria fazer remanejamentos. Era preciso contratar”, conta o pós-graduando Marcos Costa.

Como forma de diminuir o número de vagas ociosas geradas pela evasão, a USP passou a oferecer uma outra possibilidade de ingresso — alternativa ao seu disputadíssimo e excludente vestibular. Por iniciativa da atual gestão, foram abertas 1.275 vagas em

O número de docentes contratados em RDIDP caiu de 3.739 para 3.619, entre 1997 e 2000

2000, disputadas em processo seletivo por alunos de outras faculdades interessados em uma transferência para a USP. Neste primeiro exame, segundo dados da Pró-Reitoria de Graduação, 6.107 candidatos se inscreveram. Apenas 311 foram aprovados. Um novo exame está sendo realizado em 2001, agora com 1.806 vagas abertas.

Depois de dez anos de progressiva redução do quadro docente da USP, com quase 1.000 professores a menos na década — de 5.515 em 1991 para 4.694 em 2000 — e poucas reposições por parte da Reitoria, a falta de docentes é evidente. Quando Marcovi-

PLANO DE EXPANSÃO DO CRUESP TEM VALOR ACADÊMICO DUVIDOSO

O projeto do Cruesp prevê a contratação de 4.149 docentes e 5.658 funcionários para as três universidades, as Faculdades de Tecnologia (Fatec's) e o Centro de Ensino Tecnológico Paula Souza (Ceeteps). O plano implica pedido adicional de verbas ao Estado de aproximadamente R\$ 104 milhões no primeiro ano e novamente no segundo ano, R\$ 318 milhões no terceiro ano e, a partir de 2010, cerca de R\$ 465 milhões anuais.

Um item fundamental da agenda política das entidades representativas de alunos, docentes e funcionários, nos anos da gestão Marcovitch, tem sido a necessidade de romper com a míngua porcentagem — atualmente em torno de 5,5% — que as instituições estaduais de ensino público superior representam em ofertas de vagas no Estado. Soluções vêm sendo discutidas, como a de separar, da cota de 9,57% do ICMS repassada às universidades, os montantes destinados ao pagamento da folha de inativos, que deveriam ser cobertos por suplementações do Tesouro Estadual.

Mas a participação da USP na proposta dos reitores não vem de uma articulação com as entidades representativas da comunidade universitária, nem contempla as preocupações com a melhoria do ensino oferecido. O plano aponta para soluções de valor acadêmico duvidoso, como os cursos sequenciais de curta duração — apenas dois anos.

Do pacote proposto para os próximos três anos, 94.000 matrículas referem-se a cursos básicos e sequenciais, a serem oferecidos nas estruturas já existentes e em futuras instalações do Centro Paula Souza, e 3.600 referem-se aos cursos tecnológicos das Fatec's, expansão que prevê a utilização das estruturas da própria Fatec e das três universidades públicas do Estado.

Para a graduação de USP, Unesp e Unicamp, prevê-se um crescimento de cerca de 5% das matrículas ao ano, nos novos *campi* e nas estruturas já existentes, o que, em cinco anos, levaria à criação de 20.730 matrículas nos cursos de graduação (atualmente, são cerca de 80 mil). Por fim, seriam criadas 15.000 matrículas, em três anos, para a formação de professores da rede pública municipal e estadual — com ênfase na utilização de recursos tecnológicos de ensino à distância. Sobre esse item, o Cruesp sugere que, encerrada esta etapa, “o programa poderia ter prosseguimento sob a forma de educação continuada” (p. 5 do documento).

ch assumiu, em 1997, havia 4.852 docentes no quadro, e a tendência de declínio manteve-se (vide tabela à p. 33).

No ano passado, o movimento grevista conseguiu que o CO apro-

vasse a contratação de 199 professores. Isso à custa de 51 dias de paralisação. Os estudos de uma comissão de contratações organizada pelo DCE na época mostravam perdas médias de 118 professores ao ano na

última década, com baixas de 20% a 30% em unidades como as faculdades de Medicina Veterinária, de Saúde Pública, de Ciências Farmacêuticas, de Odontologia, a FFLCH e o Instituto Oceanográfico.

Uma parcela importante das perdas foi ocasionada pelo grande número de aposentadorias deixadas sem reposição — processo que se acentua a partir de 1996, com uma onda de aposentadorias precoces, diante da política do governo federal de cerco ao direito à aposentadoria integral. Ao mesmo tempo, como o governo estadual recusa-se a assumir sua obrigação constitucional de pagar as aposentadorias dos docentes das universidades públicas estaduais, o peso dessa despesa vem crescendo no orçamento da USP (veja quadro na página 33).

A situação dos professores submetidos a contratos precários também foi resolvida apenas parcialmente, após intensa pressão do movimento docente nos anos 1998-1999, quando cerca de 40% dos docentes possuíam contratos desse tipo, segundo dados oficiais.

A Reitoria chegou a ensaiar, como proposta para resolver o problema, uma alternativa de legalidade duvidosa — o Contrato de Atividade Docente (CAD), o qual permitiria que novos docentes fossem contratados por três anos, renováveis por mais três. Após esse período, o professor passaria por concurso público de efetivação.

Depois, a Reitoria retirou o CAD de pauta, decidiu abrir concursos e garantiu vagas, primeiro, a todos os “precários” com mais de 15 anos na USP e, depois, aos com mais de dez



Refinetti: sobrecarga

A relação alunos por docente ativo passou de 10,9 em 1997 para mais de 13 em 2001

anos. Os contratados precariamente na última década, porém, não tiveram sua situação resolvida.

Atualmente, cerca de 77% dos professores da USP estão contratados em RDIDP, de acordo com o *Anuário da USP 2001*. Essa proporção, contudo, só se manteve estável nos últimos quatro anos porque a quantidade de docentes nos demais regimes também caiu — em números absolutos, os docentes em RDIDP caíram de 3.739 em 1997 para 3.619 em 2000.

Deve-se destacar que uma parcela desses docentes em RDIDP é

de “precários”. Pior, a Reitoria deixou de atacar o problema na fonte: continua contratando sem concurso, e portanto de modo manifestamente inconstitucional.

Ao mesmo tempo em que “enxugava” seu corpo docente, a USP acolheu nos últimos anos maior quantidade de estudantes de graduação. A Pró-Reitoria de Graduação indica, na gestão Marcovitch, um aumento do número de alunos matriculados de 35.575 no segundo semestre de 1997 para 40.489 no início de 2001.

“Há espaço e tempo ocioso, que deve ser ocupado”, diz o professor Itaussu, referindo-se aos equipamentos da universidade. “É preciso que permaneça na agenda da USP, por exemplo, a necessidade de se oferecer ainda mais vagas nos cursos noturnos, que foram ampliadas mas não o suficiente. Só que é preciso contratar professores”, diz ele.

Uma conseqüência direta do maior número de matriculados e da reduzida contratação de docentes é que a relação alunos por docente ativo passou de 10,9 em 1997 para mais de 13 este ano, segundo dados do *Anuário 2001*.

Nos anuários estatísticos da Unesco, o número típico de alunos por docente, para universidades de ensino e pesquisa, apresenta uma relação entre 10 e 12 discentes por professor, na grande maioria dos países. Dados do DCE apontam que a dimensão média das turmas de graduação em disciplinas práticas cresceu cerca de 50% de 1997 para 1998, passando de 27 para 44 alunos, e nas teóricas de 44 para 68 alunos, aproximadamente.

Acumulando responsabilidades em



Aula de literatura na FFLCH: mais alunos, menos docentes, salas lotadas

docência, pesquisa e tarefas administrativas (nos departamentos e colegiados), os professores da USP ressentem-se da sobrecarga gerada pelos claros. “Na FAU, o que mais sentimos é o excesso de alunos em sala de aula. Por mais que se faça, tem aluno que não consegue ser atendido pelo professor do projeto quase o semestre inteiro”, diz a professora Refinetti.

Contribui para as queixas o processo histórico de desvalorização salarial. O ICMS acumulou um crescimento nominal de 68% entre 1995 e 2000, ao passo que, no mesmo período, os salários subiram 45%. Os salários são baixos, em especial para o início da carreira (ver quadro p.35).

Quantitativamente, a produção acadêmica não parece comprometida por essa sobrecarga. Mas tornaram-se ainda mais agudas e constantes as queixas quanto aos métodos de avaliação da produção docente e aos abusos de poder praticados pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), vide extensa reportagem na *Revista Adusp* 21.

Marcovitch, quando candidato, mostrou preocupação de que a CERT avalia, “com critérios iguais, partes absolutamente desiguais” (*Informativo Adusp* 26, p.3). Segundo ele, os procedimentos avaliatórios deveriam ser norteados pela medição qualitativa do ensino, da pesquisa e da extensão. Mas, se mudança houve na avaliação praticada por esse órgão central, foi no sentido de intensificar seu viés produtivista e punitivo.

A CERT acabou servindo de instrumento coercitivo para manter em dia os demonstrativos de que a universidade produz, não importa em que condições os professores trabalhem. O principal critério passou a ser a quantidade de publicações de autoria dos docentes.

“O que acontece na Medicina é um exemplo”, diz Benedito Machado. “Os professores da área clínica têm múltiplas atividades: na clínica, no ensino, na pesquisa, e isso não é considerado quando são avaliados somente pelas publicações científicas”.

Para garantir um número de publicações tido como satisfatório, a

CERT chega a acenar com a possibilidade de cortes salariais — um procedimento flagrantemente inconstitucional — como ocorreu com os quatro docentes do Instituto de Geociências ameaçados, no final de 1999, de terem seu regime de trabalho alterado de RDIDP para RTC (Regime de Turno Completo) ou mesmo RTP (Regime de Turno Parcial).

“Isso tem muitas implicações”, aponta o presidente da Adusp. “A CERT valoriza artigos divulgados em publicações estrangeiras e todas têm sua política editorial, seletiva, de acordo com seus interesses científicos. Essa orientação coloca a produção acadêmica brasileira a serviço de interesses que não são necessariamente os mais importantes para o Brasil”, diz Ciro.

Outro órgão que teve sua imagem arranhada durante a gestão Marcovitch foi a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS). Nos meios controlados pela CCS, o noticiário oficial ganhou um peso sufocante. O *Jornal da USP*, por exemplo, além de não procurar vozes dissonantes, sis-

tematicamente deixa de ouvir quem é criticado em suas matérias.

Um programa produzido pela TV USP, também subordinada à CCS, o *Delta-Pi*, teve a edição dedicada ao debate do Provão proibida de ir ao ar pela coordenadora Cremilda Medina, “por razões técnicas”. Suspeita-se que a verdadeira explicação para a censura esteja nas críticas de alguns dos debatedores (docentes e estudantes convidados) à política educacional do MEC e à participação da USP no Provão. Como o programa foi vetado, o apresentador, a produtora e o diretor do *Delta-Pi* pediram demissão.

Durante a greve do ano passado, a Reitoria criou o *Informe CCS*, com a finalidade explícita de combater o movimento. A publicação, que deixou de existir ao final da greve, teve questionadas diversas de suas reportagens. O vice-diretor do Instituto de Física, Adalberto Fazzio, e o diretor da FFLCH, Francis Aubert, assim como o então membro do DCE, Diogo Moysés, estão entre os que contestaram declarações, ou ações, a eles atribuídas pelo *Informe CCS*.

Contratações de 573 funcionários não docentes resultaram da greve do ano passado, mas muitos claros continuaram e outros foram abertos durante a gestão. “Quando Goldemberg saiu da Reitoria tínhamos mais de 3.000 funcionários acima do que temos hoje, e o número foi diminuindo paulatinamente antes e depois de Marcovitch entrar”, diz Magno.

Uma das principais conseqüências desses cortes foi a maior ocorrência de acidentes de trabalho, nos restaurantes universitários, por exemplo, mas o impacto da falta de pessoal não é tão fácil de avaliar,

segundo o sindicalista, porque muitos serviços foram terceirizados, o que diminuiu o acesso à informação nessas áreas. “Na limpeza a terceirização foi quase total”, aponta ele.

Marcos Costa, da APG de Ribeirão Preto, observa uma forma mais sutil de terceirização. “Existem aqui no campus várias oficinas da própria USP, prestando serviços de engenharia, de eletricidade, de transporte etc. Mas agora os departamentos ou unidades têm que pagar por qualquer um desses serviços, ou contratá-los fora”.

*A gestão chega
ao fim sem explicar à
família de Daniel em
que circunstâncias
ele morreu afogado
na Raia*

No setor de vigilância, a terceirização também foi intensificada, mas o número de crimes aumentou, com mais ocorrências de estupros e roubos de carros. “Aliás, até o carro do reitor foi furtado dentro da chamada *bat-caverna*, que é toda automática”, lembra Magno, referindo-se à garagem da Reitoria.

A par da terceirização, o sindicalista acusa uma mudança da filosofia da segurança da USP, que ganhou caráter mais repressivo do que preventivo. De acordo com Magno, os seguranças exibiram essa nova atitude durante a greve e nos incidentes

relacionados à ocupação do CO e ao caso Nokia — empresa multinacional autorizada pela Reitoria a promover uma festa particular no gramado do Museu de Arte Contemporânea (MAC), invadida pelos estudantes.

A despeito das preocupações com o policiamento do campus, a gestão Marcovitch chega ao fim sem ter conseguido explicar à família de Daniel Pereira de Araújo — um adolescente da comunidade São Remo, vizinha à Cidade Universitária — em que circunstâncias seu filho morreu afogado na Raia da USP, em 1997, no final da gestão Flávio Fava de Moraes, após ser perseguido por seguranças da própria universidade.

Quando tomou posse, Marcovitch defendeu a decisão do reitor que o precedeu de nomear, além da comissão de sindicância formada no âmbito da universidade, uma comissão independente para conduzir a investigação em torno da “lamentável” morte de Daniel. Nem sequer veio a público o resultado dos trabalhos da comissão, formada pelos professores Paulo Sérgio Pinheiro, Fábio Konder Comparato e Ivete Senise.

Quem visita a USP percebe também que nos últimos quatro anos a universidade tem sido mais bem cuidada fisicamente e pode usufruir do MAC, reformado e reaberto na gestão Marcovitch, com apoio da Fapesp. Em contrapartida, foi reduzido pela metade o número de visitantes aos museus da USP: de 800.970 em 1997 para 469.272 em 2000, segundo o *Anuário 2001*. E, pelo menos até agosto de 2001, a USP continuou fechada ao público externo durante os finais de semana. **RA**